

# PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO MUNICÍPIO DE MIRANTE DO PARANAPANEMA-SP

*Elizabeth Lima Pereira<sup>1</sup>*

*Flávio Aparecido Pontes<sup>2</sup>*

*Luís Antonio Barone<sup>3</sup>*

**Resumo:** As políticas públicas para o desenvolvimento do meio rural têm papel importante na consolidação e permanência das famílias de agricultores familiares no campo. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), objetivando aumentar a geração de renda e sustentação de preços aos agricultores familiares, fortalecer o associativismo e propiciar o acesso a uma alimentação de melhor qualidade para pessoas em insegurança alimentar é uma importante política no âmbito da agricultura familiar. Dentro dessa perspectiva, analisamos a importância do PAA no município de Mirante do Paranapanema/SP – município que conta com dezenas de assentamentos de reforma agrária - considerando a evolução do programa no período de 2011 a 2014. Verificamos que no período, o programa apresentou variação positiva no número de itens comercializados, maior participação das organizações de agricultores familiares, embora com dificuldades, bem como de entidades socioassistenciais nos atendimentos de famílias em insegurança alimentar.

**Palavras chaves:** Agricultura Familiar; Segurança Alimentar; Políticas Públicas, Comercialização.

**Abstract:** Public policies for the development of rural areas have an important role in the consolidation and permanence of family farmers in the field. The Food Acquisition Program (PAA), aiming to increase the gen-

1 Mestranda em Agroecologia e Desenvolvimento Rural - UFSCar;

2 Ms Agroecologia e Desenvolvimento rural - UFSCar , Assessor de Inclusão Produtiva - no Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial -Nedet Pontal/CNPq - MDA;

3 Sociólogo, professor assistente doutor da FCT/Unesp - campus de Presidente Prudente.

eration of income and price supports to family farmers, strengthen the association and propitiate access to better quality food for people in food insecurity is an important policy in the scope of agriculture family. Within this perspective, we analyze the importance of PAA in the municipality of Mirante do Paranapanema / SP - municipality that has dozens of agrarian reform settlements - considering the evolution of the program in the period from 2011 to 2014. We found that in the period, the program presented positive variation in the number of items sold, the greater participation of organizations of family farmers, although with difficulties, as well as social assistance entities in the care of families in food insecurity.

**Keywords:** Family Farming; Food Security; Public Policy, Marketing.

## **Introdução**

O acesso dos agricultores familiares a políticas públicas específicas representa um avanço e uma conquista para as famílias de agricultores de todo o país, assim como para as organizações e movimentos sociais do campo. Neste processo, a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é mais uma etapa do reconhecimento desses agricultores enquanto cidadãos, bem como de suas demandas no tocante a uma política de apoio à comercialização da produção, assim como de sustentação de preços agrícolas.

O PAA, na modalidade Compra com Doação Simultânea - CDS (objeto de estudo neste trabalho) atua articulando um mercado institucional para os agricultores, buscando estimular a organização dos agricultores familiares em associações ou cooperativas para efetuarem a comercialização de seus produtos, assegurando, assim, um incremento na sua renda. O PAA se efetiva, ainda, em outras cinco modalidades: Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite (PAA Leite); Compras Institucionais; Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF); Apoio à Formação de Estoques pela Agricultura Familiar (CPR Estoque); e Aquisição de Sementes (PAA Sementes).

A Compra com Doação Simultânea (CDS) atende pessoas em condição de insegurança alimentar e nutricional, por meio da doação dos alimentos adquiridos dos agricultores familiares para entidades socioassistenciais cadastradas nos municípios que oferecem assistência a essas famílias. Para os agricultores, a CDS pode contribuir estrategicamente para permanência no campo, através do incremento da renda, assim como

reforça o autoconsumo das famílias, uma que vez que novos produtos podem ser incluídos no rol de cultivos desenvolvidos nas roças, primeiro para atender ao PPA e que, depois acabam sendo consumidos pelos produtores. Com esse programa, muitos agricultores diversificam e valorizam produtos locais, que, até então, tinham seu valor comercial desconhecido (GRISA et al., 2010). Já para as famílias em insegurança alimentar, notadamente as moradoras nas cidades, ele pode contribuir para que este quadro seja revertido, principalmente nos casos de crianças, grávidas e idosos (os mais vulneráveis).

Neste artigo, analisamos a importância do PAA, na modalidade Compra com Doação Simultânea, no município de Mirante do Paranapanema-SP, considerando a evolução do programa no período de 2011 a 2014, tanto no que se refere aos principais grupos de produtos - volumes e valores executados no programa - quanto ao seu alcance, dimensionado a partir do número de agricultores e das organizações de produtores envolvidas, bem como das entidades beneficiadas com os alimentos.

### **O PAA: sua origem, objetivos e modalidades**

O PAA, se constituiu como uma política pública a partir de 2003, no âmbito das ações do Programa Fome Zero, no primeiro mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006). Foi criado dentro de uma estratégia do governo federal para assegurar o direito humano à alimentação adequada por parte das pessoas com dificuldade de acesso a alimentos em qualidade e quantidade suficiente. Sancionado pela Lei de nº 10.696, de 02 de julho de 2003 (Art. 19º), o PAA tem como finalidades incentivar a agricultura familiar promovendo a inclusão econômica e social através do consumo e valorização dos alimentos por ela produzidos, além da promoção de uma alimentação adequada a pessoas em condições de insegurança alimentar e nutricional (Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, Art. 2º).

Por outro lado, o programa visa estimular o cooperativismo e associativismo e o fortalecimento de mercados locais de comercialização, além da formação de estoques públicos de alimentos e abastecimento alimentar, a partir de compras governamentais e, finalmente, promover e valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos, incentivando hábitos alimentares saudáveis em nível local e regional (BRASIL, 2012).

Viana e Viegas (2011) destacam que o programa promove uma valorização da produção e cultura alimentar das populações, propiciando um fortalecimento da dinâmica da economia local, além de apoiar a formação de estoques estratégicos e uma melhoria na qualidade dos produtos da agricultura familiar. Os autores citam também o incentivo ao manejo agroecológico dos sistemas produtivos, culminando no resgate e preservação da biodiversidade das unidades de produção.

Estruturalmente, são beneficiários do programa fornecedores e consumidores de alimentos. São “beneficiários consumidores” indivíduos em situação de insegurança alimentar, além dos atendidos pela rede socioassistencial e pelos equipamentos públicos de alimentação e nutrição, tanto na rede pública quanto filantrópica de ensino. São “beneficiários fornecedores” os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e de demais povos e comunidades tradicionais. Os beneficiários fornecedores devem ser portadores de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)<sup>4</sup>. Já no caso de organizações fornecedoras, como cooperativas e outras organizações formalmente constituída como pessoa jurídica de direito privado, é necessário DAP Especial Jurídica (BRASIL, 2012).

Quanto ao orçamento, os recursos destinados ao PAA são provenientes do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). A execução é realizada em parcerias com os estados, distrito federal, municípios e com e com a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB (BRASIL, 2012).

Atualmente, o programa é executado em seis modalidades, sendo elas Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite (PAA Leite), Compras Institucionais, Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF), Apoio à Formação de Estoques pela Agricultura Familiar (CPR Estoque), Aquisição de Sementes (PAA Sementes) e Compra com Doação Simultânea (CDS). No período de 2003 a 2005, as operações eram realizadas apenas com recursos do MDS e executados por meio de parcerias entre a Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) e a CONAB com os governos estaduais e municípios. Em 2006, o MDA também passa a destinar recursos através da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF-MDA), para operacionalização das modalidades CPR Estoque e CDAF. É importante

---

4 DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF.

destacar que diferentes valores são estabelecidos por unidade familiar para cada modalidade.

No entanto, no âmbito deste trabalho, analisaremos a CDS, uma vez que é a única modalidade realizada no município de Mirante do Paranapanema-SP nos quatro anos estudados. Esta modalidade visa:

Compra de alimentos diversos e doação simultânea às entidades da rede socioassistencial, aos equipamentos públicos de alimentação e nutrição e [...], à rede pública e filantrópica de ensino, com o objetivo de atender demandas locais de suplementação alimentar de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. (MDS, 2014, pp. 11-12).

A modalidade CDS é, segundo Grisa et al. (2010), estimuladora de mudanças importantes na matriz produtiva e de consumo das unidades familiares envolvidas. Esse programa tem potencial de alterar não apenas o cotidiano das famílias que recebem a doação de alimentos, mas também o consumo das famílias fornecedoras de alimentos ao programa.

No âmbito do PAA, a mudança da matriz produtiva é, de fato, o grande desafio. A concretização da diversificação da produção pode ser destacada como uma etapa desta mudança. Grisa et al. (2010) confirmam a diversificação trazida pela inserção dos agricultores no PAA, mas, além da diversificação, outro ponto destacado como de especial importância é que os agricultores passaram a “valorizar os produtos locais que, até então, eram desvalorizados ou desconhecidos em seu valor comercial” (p.147).

Neste sentido, destacamos o autoconsumo. Para Duval, Valencio e Ferrante (2011), o que se produz para autoconsumo nos assentamentos rurais – importantes fornecedores do PAA no Estado de São Paulo - em muito se define pelas preferências familiares, uma vez que deixa a família livre da dependência de custos monetários para a alimentação, haja vista que, quanto mais alimentos plantarem e processarem nos lotes, menor será a necessidade de adquirir esses produtos no comércio.

Pode-se destacar, também, neste contexto, a renda de autoconsumo – que, segundo Chayanov (1974), é gerada pelo núcleo familiar na conjunção/balanço trabalho-consumo - como um importante referencial que precisa ser entendida como “tudo aquilo” que a família consome de sua própria produção; ou seja, “tudo aquilo” que não precisa ser adquirido

fora da propriedade. Além da questão da renda, a prática de autoconsumo pode ser sustentável, uma vez que há emprego e uso de conhecimentos tradicionais, que são baseados em processos biológicos, além do menor uso de insumos externos (DUVAL, VALENCIO, FERRANTE, 2011).

Mais recentemente, o Decreto nº 8.293, de 12 de agosto de 2014, atualiza e estabelece os valores operados no PAA. Para a modalidade CDS, paga-se até R\$ 6.500,00 por produtor individual. As organizações fornecedoras, que reúnem produtores, podem comercializar valores até R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) por ano, sendo que a venda realizada por meio destas pode aumentar o limite anual por unidade familiar para até R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

**Tabela 1:** Evolução do valor (R\$) das cotas da CDS por DAP/ano.

Decreto	CDS
4.772, de 2 de Julho de 2003	R\$ 2.500,00
5.873, de 15 de Agosto de 2006	R\$ 3.500,00
6.447, de 7 de Maio de 2008	R\$ 4.500,00
6.959, de 15 de Setembro de 2009	R\$ 4.800,00
7.775, de 4 de Julho de 2012	R\$ 5.500,00
8.026, de 6 de Junho de 2013	R\$ 6.500,00 <sup>1</sup>
8.293, de 12 de Agosto de 2014	R\$ 6.500,00 <sup>1</sup>

**Fonte:** Pesquisa Documental.

### **O Pontal do Paranapanema, Mirante do Paranapanema: Capital da Reforma Agrária**

O Pontal do Paranapanema, região localizada no extremo oeste do Estado de São Paulo, possui destaque por contar com a maior concentração de assentamentos rurais do estado. A região, que originalmente foi habitada por índios Xavantes, Caingangos e Caiuás (não mais presentes), passou por um processo de colonização com forte degradação ambiental e grilagem de terras, que se intensificou a partir dos anos de 1920, impulsionada pela cafeicultura. A prática da grilagem se manteve ao longo do Século XX, dinamizando também os cultivos de algodão, a pecuária extensiva (LEITE, 1998) e, mais recentemente, a expansão dos cultivos de cana de açúcar (THOMAZ Jr., 2009).

<sup>1</sup> Para comercialização por meio de organizações, o valor por unidade produtiva é R\$ 8.000,00 por DAP/ano.

A partir dos anos 1990, a região passa por fortes intervenções do governo estadual com a implantação de assentamentos rurais, sobretudo em resposta aos conflitos fundiários que, embora existentes de longa data, intensificaram-se nessa década pela luta dos movimentos sociais que reivindicavam reforma agrária nas terras devolutas do Pontal (FERNANDES, 1996).

É a partir dessas lutas e da implantação dos assentamentos rurais que a região, hoje, possui o maior número de assentamentos do Estado de São Paulo, contando atualmente com 115 projetos, distribuídos em 16 dos 32 municípios que compõem o Território da Cidadania do Pontal do Paranapanema, segundo dados do Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA, 2013) e da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” (ITESP, 2014). Assim, a região conta atualmente com 5.853 famílias assentadas, além de outros 12.349 agricultores familiares tradicionais (SIT/MDA, 2014).

A implantação dos assentamentos rurais na região, para Fernandes e Ramalho (2001), possibilitou o desenvolvimento da agricultura familiar regional, sendo que em nenhum outro setor da economia criou-se condições semelhantes na geração de trabalho e renda. Outro fator importante a se destacar é que, com os assentamentos rurais, parte do processo de êxodo rural foi barrado, pois as famílias tiveram a possibilidade de se fixar no campo (FERNANDES; RAMALHO, 2001).

No tocante ao êxodo rural, é nas décadas de 1970 e 1980 que, de fato, ocorrem os maiores índices de decréscimo da população rural na região. Ramalho e Fernandes (2001) salientam que isso ocorreu com a implantação do modelo econômico da agropecuária que privilegiou a agricultura capitalista. Tais autores também identificam exatamente na década de 1990 que o decréscimo da população rural na região diminuiu. Esse último acontecimento não pode ser atribuído à “modernização da agricultura”, como bem salientam Fernandes e Ramalho (2001), mas sim às lutas dos sem-terra, que possibilitaram o retorno de milhares de famílias ao campo, mediante a implantação de assentamentos rurais.

Tal fato pode ser observado principalmente no município de Mirante do Paranapanema (ver tabela 2), que merece destaque não apenas no contexto regional, mas no âmbito estadual, uma vez que conta hoje com 35 assentamentos rurais, onde vivem 1546 famílias (DATALUTA, 2013; ITESP, 2014). Por esse motivo, as próprias autoridades locais se referem ao município como a “Capital da Reforma Agrária”.

**Tabela 2:** População residente segundo a situação domiciliar (1970-2010).

Ano	Rural	%	Urbana	%	Total
1970	14.782	67,31	7.179	32,69	21.961
1980	6.932	44,84	8.527	55,16	15.459
1991	4.656	30,68	10.520	69,32	15.176
2000	6.377	39,34	9.832	60,66	16.209
2010	7.014	41,10	10.045	58,9	17.059

**Fonte:** Censos Demográficos do IBGE, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010.

Conforme os dados acima (tabela 2), até o final da década de 1980 só se observa o decréscimo da população rural. Foi a partir das lutas dos sem-terra e da implantação dos assentamentos rurais que o quadro do êxodo rural é revertido no município, mesmo com a inflação mais instável, no sentido de aumentar a população rural aconteceu, durante a década de 1990.

Observamos também que nas décadas mensuradas pelos últimos censos do IBGE (2000- 2010), a reversão do êxodo via implantação dos assentamentos rurais contribuiu para mudanças significativas na reconfiguração da paisagem, uma vez que, em Mirante do Paranapanema os latifúndios deram lugar a mais de 1500 lotes familiares, onde os trabalhadores ali instalados começaram a construir sua inserção econômica, cuja base foi, desde o início, a pecuária leiteira (MAZZINI; MARTINS; FERNANDES, 2007).

Mazzini e Oliveira (2010, p. 13), destacam como o PAA tem se constituído num importante incentivo á organização dos agricultores assentados, e como a produção nos assentamentos onde vêm sendo implantado também é incentivada. Os autores destacam também, que, aos poucos os projetos do PAA mudam a “cara” dos lotes de quem têm participado desse programa, “dando novos estímulos e despertando os mais diferenciados tipos de outros projetos individuais e comunitários, tudo isto, devido ao aumento da produção e das condições financeiras para tirar “sonhos engavetados””.

Neste sentido, o PAA trás consigo a possibilidade de por em prática esses sonhos, como as hortas, estufas, projetos de irrigação, tanques de resfriamento de leite e muitos outros, onde os assentamentos ganham novas feições (MAZZINI; OLIVEIRA, 2010).

## Metodologia dos dados e das análises

Para realização deste estudo foram sistematizados e analisados dados referentes ao Programa de Aquisição de Alimentos no período de 2011 a 2014 no município de Mirante do Paranapanema-SP, disponíveis na plataforma PAA DATA<sup>5</sup>. Quanto aos meses de Outubro a dezembro de 2014, foram utilizados dados da Transparência Pública do PAA<sup>6</sup>, uma vez que ainda não estão disponíveis na plataforma PAA DATA. Tal a plataforma foi escolhida, pois permite a consulta de dados por estados e municípios, com informações a respeito dos agricultores fornecedores, os tipos e volumes de produtos comercializados, dos recursos empregados, bem como das entidades beneficiadas. Por outro lado, através da Plataforma Transparência é possível contabilizar o número de projetos, os valores, os agricultores e suas organizações, bem como entidades beneficiadas.

Além do levantamento dos dados quantitativos, a fim de entender melhor o significado das adesões ao programa e sua dinâmica, analisaremos depoimentos de agentes qualificados ligados ao processo de encaminhamento do PAA no município de Mirante do Paranapanema. O primeiro depoimento é fruto de entrevista realizada no ano de 2011, dentro projeto Uniara/INCRA<sup>7</sup>. Complementamos as informações qualitativas com outras quatro entrevistas realizadas mais recentemente (2015). Nessa ocasião foram entrevistadas duas lideranças de agricultores familiares assentados, uma assistente social que compõem o grupo gestor do Banco de Alimentos

5 A plataforma PAA DATA que foi concebida a fim de atender a Resolução nº42 do Grupo Gestor do PAA, na elaboração de um Sistema Integrado de Informações (SII) apresenta informações sobre o programa considerando todos seus executores (SAGI, 2015). Disponível em: <[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/visi\\_paa\\_geral/pg\\_principal.php?url=abertura](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/visi_paa_geral/pg_principal.php?url=abertura)>.

6 A Transparência pública do PAA traz um conjunto de dados disponibilizados pela Companhia nacional de Abastecimento (Conab), a fim de trazer transparência aos gastos públicos (CONAB, 2015). Disponível em: <<http://consultaweb.conab.gov.br/consultas/consultatransparenciapaa.do?method=abrirConsulta>>

7 A pesquisa realizada sob coordenação da Professora. Vera Lúcia Botta Silveira Ferrante, fruto de parceria estabelecida entre o Centro Universitário de Araraquara (UNIARA) por meio do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Esta pesquisa, de cunho multidisciplinar e quantitativo, avaliou políticas públicas e a perspectiva do desenvolvimento local e regional dos assentamentos do Estado de São Paulo (FERRANTE, 2012). Metodologicamente, além de realizar importante levantamento amostral em parcela estatisticamente significativa dos PAs do Estado, a pesquisa realizou entrevistas com lideranças assentadas nas regiões abrangidas, sendo, uma delas, o Pontal do Paranapanema.

municipal e o secretário da agricultura do município.

## **Resultados e discussões**

Para verificar como se dá a gestão do programa no município de Mirante do Paranapanema-SP, foi realizada entrevista junto à assistente social, membro do Grupo Gestor do Banco de Alimentos Municipal. Assim, constatamos que a gestão é feita de forma integrada, a partir do trabalho das Secretarias de Assistência Social e Agricultura, sendo acompanhado pela com a Conab.

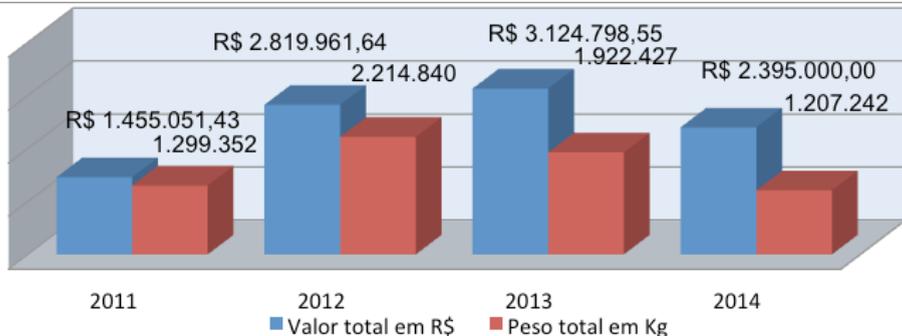
A atuação das duas secretarias é fundamental para o bom funcionamento do PAA no município. Por meio da Secretaria de Assistência Social o programa recebe acompanhamento de assistentes sociais e nutricionistas, atuando no cadastramento das famílias em situação de vulnerabilidade no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo federal (CadÚnico), além de realizar o cadastramento de organizações que atendem essas famílias. Ressaltamos a importância da atuação desta secretaria, uma vez que o município não conta com um Centro de referência e Assistência Social (CRAS), bem como não possui Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA). No âmbito da Secretaria de Agricultura, trabalha-se com os agricultores assentados as questões produtivas e busca-se refletir a necessidade de diversificação dos produtos entregues ao programa, atuando-se ainda na fiscalização do programa e apoio logístico dos produtos, além de haver um médico veterinário que atua na verificação das vacinas dos animais entregues ao programa.

Segundo declaração do secretário da agricultura, há atualmente 12 funcionários da Prefeitura atuando diretamente no PAA. Considerando todo o período entre os anos de 2011 e 2014, as operações realizadas via modalidade Compra com Doação Simultânea no município de Mirante do Paranapanema somaram um total de R\$ 9.794.811,62, com comercialização de 6.642.711kg de alimentos pelo PAA, conforme figura 1.

Em cada ano de operação, como verificamos, todas as categorias apresentam variações na quantidade de elementos que as compõem. Na Fig. 1, podemos observar os montante (kg) e os valores (R\$) para o período de 2011-2014. Em 2011, foram comercializados 1.299.352 kg de alimentos, já em 2012 foram 2.214.840 kg, apresentando um crescimento de 70,46% da quantidade de alimentos entregues ao programa. No entanto, em 2013 observamos uma redução de 13,20% na quantidade de alimentos (1.922.427 kg), assim como em 2014 com queda no volume comercializa-

do de 1.207.242 kg acumulando uma queda de 23,36%.

**Figura 1:** Total de Alimentos em Kg e recursos R\$ (2011-2014).



**Fonte:** SAGI (2015); CONAB (2015).

Fica evidente, também, a diversidade de alimentos fornecidos pelos produtores e doados às instituições socioassistenciais que atendem pessoas em vulnerabilidade social ou insegurança alimentar e nutricional. É importante destacar que, embora prioritariamente os alimentos devam ser distribuídos no município no qual ocorre a execução do programa, está sendo possível distribuir alimentos para instituições não apenas no município de Mirante do Paranapanema, mas de outros três municípios da região: Presidente Prudente, Presidente Venceslau e Teodoro Sampaio, conforme pôde ser constatado na Plataforma PAA DATA.

As instituições socioassistências atendidas (que recebem os alimentos) estão distribuídas em diversas categorias: associações beneficentes/assistência social, associações comunitárias/ de moradores, instituições religiosas, Secretaria Municipal de Assistência Social/ Prefeitura e escolas. São atendidas pessoas de todas as faixas etárias.

Verificamos pela tabela 3, que o número de entidades consumidoras foi significativamente reduzido nos anos de 2013 e 2014, frente ao registrado em 2011 e 2012. Questionada a respeito deste fato, a assistente social de Mirante do Paranapanema, como componente da gestão do programa no município, esclareceu que a partir de setembro de 2013, no município, passa a operar, de maneira formalizada, o Banco de Alimentos Municipal, centralizando o recebimento dos alimentos entregues pelos agricultores ao PAA. Como previsto no Manual Operativo da modalidade CDS (MDS, 2014), o Banco de Alimentos Municipal cumpre a função da “Central de Recebimento e Distribuição de Alimentos do PAA”, servindo de base para o recebimento de alimentos dos agricultores e distribuição para as Unida-

des Recebedoras (as entidades socioassistenciais), uma vez que não é permitido o estoque dos produtos entregues pelos agricultores. Desta forma, fica claro o porquê de, em 2014, apenas o Fundo Municipal de Assistência Social, que opera o Banco de Alimentos, consta como beneficiária no recebimento de alimentos (em 2013, os números divergentes atestam apenas a transição dessa contabilidade).

**Tabela 3:** Números gerais envolvidos no PAA em Mirante do Paranapanema no período de 2011-2014.

Ano	Nº Beneficiários Fornecedores	Nº de Associações	Nº de Produtos	Nº Beneficiários Consumidores
2011	639	15	51	13
2012	702	23	69	15
2013	504	14	68	2
2014	376	10	64	1

**Fonte:** SAGI (2015); CONAB (2015).

O Banco de Alimentos possui a responsabilidade de controle dos tipos de produtos, das quantidades e da qualidade dos alimentos entregues pelos agricultores. Anteriormente à criação desta Central de Recebimento, os alimentos eram entregues pelas associações de agricultores familiares diretamente nas entidades socioassistenciais cadastradas no município. Naquele momento, a fiscalização era realizada pelas entidades em conjunto com a Prefeitura.

Baseados nas entrevistas realizadas, podemos apresentamos dois olhares sobre a criação e atuação do Banco de Alimentos. Num primeiro olhar, o da gestão municipal, a partir da criação desta Central todo o processo de recebimento e distribuição dos alimentos foi facilitado. Especificamente, pode-se citar que, com a centralização no recebimento dos alimentos, por um lado, o processo de verificação da qualidade e quantidades dos produtos entregues realmente foi facilitado; e por outro lado, foi possível fazer uma distribuição mais equilibrada dos produtos. Exemplificando esta última situação, foi citado pelos informantes que, anteriormente, pelo fato dos alimentos serem entregues pelas associações diretamente nas entidades, em casos onde apenas uma associação produzisse determinado produto, ao entregá-lo a determinada entidade, as demais entidades não o receberiam este produto.

Outra consequência direta da criação do Banco de Alimento é a distribuição dos alimentos diretamente às famílias cadastradas no CadÚnico, não havendo necessidade de repasse a uma instituição intermediária que repassaria a essas famílias. Ainda assim, verificamos, a partir dos depoimentos, que o Banco de Alimentos distribui para oito entidades, além das famílias que fazem a retirada dos alimentos no local. De acordo com o secretário da Agricultura, foi possível verificar que os idosos compõem a grande parte do público atendido pelo Banco de Alimentos e tiveram número de consultas médicas diminuídas, como resultado de uma melhor alimentação provida pelo Banco.

Todavia, no olhar dos agricultores, o Banco de Alimentos não representa um mecanismo de facilitação da fiscalização do programa. A centralização no Banco de Alimentos não permite o controle externo (de fora da Prefeitura) sobre para onde vão os produtos. Antes da centralização, cada entidade beneficiária de consumidores apontava seu recebimento, colaborando com a fiscalização. Destacamos, neste sentido, que os agricultores entrevistados são lideranças de assentados dirigentes de associações beneficiárias do PAA (produtores) no município.

Para estes agricultores onde, o ganho que o PAA trouxe para as famílias que acessam o programa vai além da possibilidade de aumento da renda; o principal ganho seria mesmo o reconhecimento dos produtos da reforma agrária na alimentação de famílias em vulnerabilidade social, alimentar e nutricional. Neste sentido, corrobora-se com Silva, Barone e Souza (2011), que já constataram na região que, com o PAA, constitui-se uma relação virtuosa entre a cidade e o campo (este entendido como os assentamentos rurais):

A distribuição dos produtos agropecuários para entidades que, em geral, estão na área urbana dos municípios, traz um novo olhar da cidade para o homem do campo que é assentado. O mesmo que tem sido vítima de preconceitos, agora coloca o fruto do seu trabalho, de forma direta e visível, para a cidade. Assim, alguns segmentos da sociedade acabam por constatar a importância da agricultura e da reforma agrária, com um olhar mais curioso e talvez menos preconceituoso. (SILVA, BARONE, SOUZA, 2011, pp.244-245).

No entanto, com a criação do Banco de Alimentos, as famílias atendidas não receberiam informações e não teriam conhecimento da origem destes alimentos, gerando um sentimento de “exclusão”, já que os alimentos não são apresentados como fruto do trabalho e empenho das famílias assentadas. Outra questão, levantada com base na declaração dos agricultores entrevistados, é que há problemas de qualidade dos alimentos recebidos pelas famílias. Com as operações de centralização e redistribuição (Assentados - Banco alimentos - Entidades) há uma maior demora na entrega desses produtos e, com isso, os mais perecíveis - como hortaliças e frutas - são os que mais sofrem essa perda de qualidade. Essa realidade talvez explique o sentimento dos entrevistados agricultores sobre os possíveis efeitos negativos da criação do Banco de Alimentos, não reconhecendo este como tão estratégico como colocado pela gestão municipal.

No que tange aos agricultores inseridos no programa, houve aumento quando comparado aos resultados observados por Mazzini e Oliveira (2010) - 106 agricultores. No ano de 2014, observamos que 376 agricultores forneceram ao programa, ou seja, 25% se considerarmos as 1546 famílias assentadas do município. No entanto, houve, no período estudado, uma queda no número de produtores inscritos no programa em 2014 e 2013, em relação à 2012. Observamos que, no ano de 2014, a soma dos fornecedores equivale a 74,60% do número de fornecedores que participavam do programa no ano de 2013. Segundo declarações do secretário da agricultura do município, essa queda ocorreu por problemas administrativos da Conab, ao não inserir, naqueles anos, projetos de sete associações.

Na Tabela 4 podemos observar o número de projetos executados por organização a cada ano. Ali, evidencia-se que muitas associações com projetos em execução desde 2011 não apresentaram projetos em 2014. A Associação Nova Esperança foi à única que executou projetos em todos os anos analisados.

**Tabela 4:** Organizações Fornecedoras de alimentos 2011-2014.

Descrição Organizações	Nº de Projetos por ano			
	2011	2012	2013	
Associação Comunitária de Produtores Rurais dos Assentamentos Flor Roxa e Washington - A.C.P.R.	1	1	1	-
Associação de Moradores Produtores e Assentados e Reforma Agrária Roseli Nunes - AMPARAR	1	1	1	-
Associação de Produtores Rurais Assentados Oeste	1	1	1	-
Associação de Produtores Rurais Direitos Iguais - Associação Direitos Iguais	1	1	1	-

Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Santa Carmem	1	1	1	-
Associação Força Feminina do Município De Mirante Do Paranapanema	1	1	1	-
Associação Pontal Verde 70 por Cento do Assentamento Santa Apolônia	1	1	1	-
Associação União do Município e Comarca de Mirante do Paranapanema	1	1	1	-
Associação dos Assentados da Estrela Dalva	1	1	-	1
Associação dos Assentados Margarida Alves - AAMA	2	1	-	1
Associação dos Assentados Pontal Produtivo	1	2	-	-
Associação Girassol do Assentamento Margarida Alves do Município de Mirante do Paranapanema Estado de São Paulo	1	-	1	1
<b>Associação Nova Esperança</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2</b>
Associação Pecuária e Agrícola de Mirante do Paranapanema - APAMP	1	1	-	1
Associação Unidos e Democráticos do Assentamento Arco Iris	1	3	-	-
Associação Agropecuária Paulo Freire	-	1	1	-
Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Antonio Conselheiro - APRAACON	-	1	-	1
Associação das Mulheres Assentadas da Região do Pontal do Paranapanema	-	1	-	-
Associação dos Assentados da Asa Branca do Município e Comarca de Mirante do Paranapanema	-	1	-	-
Associação dos Produtores Rurais Avivar do Assentamento Vale dos Sonhos	-	1	1	-
Associação dos Produtores Rurais Campo Verde do Assentamento Arco-Íris	-	1	-	-
Associação dos Trabalhadores do Uni Pontal do Paranapanema Setor I	-	1	-	1
Associação Viva Mirante de Mirante do Paranapanema Estado de São Paulo	-	1	-	-
Associação de Desenvolvimento Agropecuário, Social e Econômica dos Assentamentos do Município de Mirante Paranapanema	-	-	1	-
Cooperativa de Pescadores e Produtores da Agricultura Familiar - COOPPAF	-	-	3	3
Associação dos Micro Produtores da Agricultura Familiar do Assentamento Santa Carmem em Mirante do Paranapanema	-	-	-	1

Associação dos Produtores de Produtos Artesanais e Sustentáveis do Pontal do Paranapanema - APASP	-	-	-	1
Associação Pelegrine do Município de Mirante do Paranapanema	-	-	-	1

**Fonte:** PAA DATA. Organização: Elizabeth Lima Pereira.

Ainda no que se refere ao número de agricultores atendidos, as lideranças de agricultores entrevistados destacam que muito além da disposição e empenho na continuidade de participação no programa, as entidades que representam os fornecedores do programa têm dificuldades para se ajustar às mudanças nas normas dentro do processo burocrático da Conab.

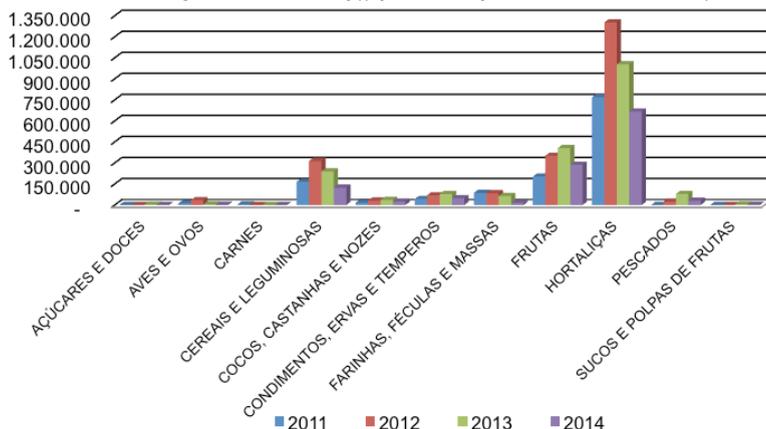
Mesmo diante dessas situações, a presença das associações é um fator importante, uma vez que, por meio delas, são estabelecidas relações de cooperação. Para Silva, Barone e Souza (2011), a importância desses produtores organizados em associações, como estabelece o programa, está no fato deles se tornarem atores econômicos e políticos, cooperando na sustentação da reforma agrária e no aumento da renda das famílias assentadas, uma vez que as associações são capazes de inserir a pequena produção rural no circuito econômico. Por outro lado, segundo os mesmos autores, além do viés econômico, as associações possibilitam relações de cooperação e emancipação.

Como descrito anteriormente, cada unidade familiar possui uma cota estabelecida por lei, sendo que atualmente na CDS o valor pode chegar R\$ 8.000,00 por ano. Assim, mesmo que todos os agricultores atendidos tivessem atingidos as cotas máximas no período analisado, pela redução do número de agricultores verificada, automaticamente a quantidade de recursos diminui, bem como a quantidade de alimentos entregues ao programa, pois é a consequência direta do número de produtores atendidos.

Os dados referentes aos alimentos comercializados estão distribuídos na plataforma PAA DATA em Grupos de Produtos, sendo eles: açúcares e doces; aves e ovos; carnes; cereais e leguminosas; cocos, castanhas e nozes; condimentos, ervas e temperos; farinhas, féculas e massas; frutas; hortaliças; pescado e sucos e polpas de frutas. Desta forma, é possível observar qual o grupo que possui maior representatividade, bem como é possível, em cada grupo especificamente, elencar os principais produtos.

Na Fig. 2, podemos observar que, durante todo o período analisado, o Grupo Hortaliças é o que obteve maior quantidade de alimentos entregues ao programa, seguido por Frutas. O destaque desses dois grupos não é, de fato, uma novidade, uma vez que são componentes importantes na alimentação das famílias assentadas.

**Figura 2:** Distribuição dos em kg, por Grupos de Alimentos, 2011-2014.



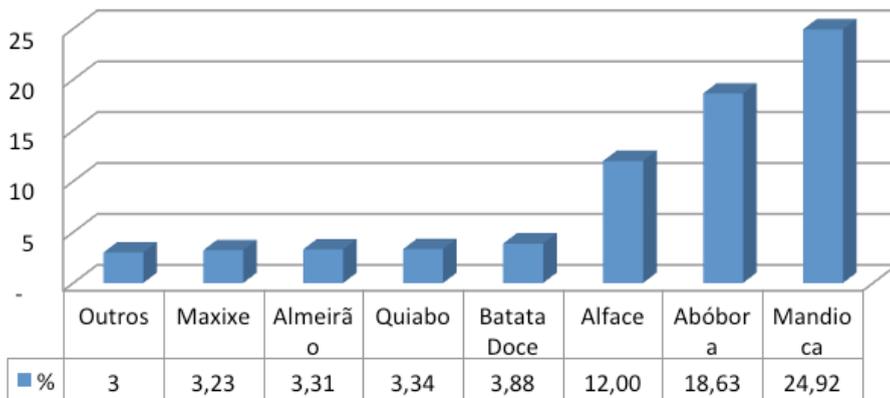
**Fonte:** SAGI (2015); CONAB (2015).

Em números, os grupos das frutas e hortaliças, juntos, ofertaram 4.990.780kg de alimentos, representando 75,13% do volume total no período (2011-2014), sendo respectivamente, 18,78% as frutas e 56,35% as hortaliças. No que se refere aos recursos, no período de Janeiro de 2011 a Setembro de 2014, os dois grupos receberam 64,47% dos recursos, correspondendo a 18,42% frutas e 45,62 hortaliças<sup>8</sup>.

O grupo hortaliças, durante o período, comercializou 34 produtos diferentes. No entanto, destacaremos os sete principais (Fig. 3). Neste grupo, como citado, está inserida a mandioca, que representa 24,92% volume, sendo a principal cultura no grupo (com 933.015kg), seguida pela abóbora (com 697.383kg), sendo 18,63% volume, e pela a alface com 449.174kg, (representando 12%). Assim, apenas essas três representam 55,55% do volume comercializado do grupo. As demais são representadas por menos de 3% do volume cada uma.

**Figura 3:** Principais produtos do Grupo Hortaliças em kg (2011-2014).

<sup>8</sup> Nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2014, não foi possível verificar o valor recebido por produto entregue, mas apenas a quantidade em kg, uma vez que a plataforma Transparência pública do PAA só disponibiliza o nome do produto e quantidades. Desta forma, não foi possível verificar os recursos por Grupo de Produtos nestes três meses, apenas as quantidades (kg).



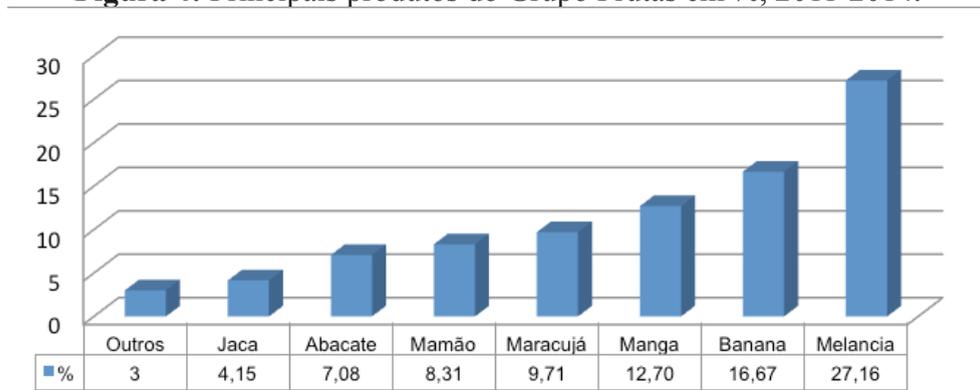
**Fonte:** SAGI (2015); CONAB (2015).

Na observação geral dos produtos, foi possível verificar quais os principais culturas comercializadas pelos agricultores familiares do município por meio do PAA. No entanto, ao tomarmos como referência os grupos de produtos da Plataforma PAA DATA, o grupo das hortaliças apresenta uma peculiaridade, pois nele está inclusa a mandioca.

Ainda segundo relato desta mesa, houve períodos em que a mandioca esteve mais presente; mas pela forte atuação dos atravessadores e os baixos preços de mercado, em período anterior ao PAA, os agricultores reduziram a produção da cultura. Recentemente, as famílias têm retomado os cultivos para atender as vendas institucionais, como é o caso da venda para CONAB, no PAA (FERRANTE; ALY JR, 2011). Isso demonstra que os agricultores se valem de diferentes estratégias de produção e, como o PAA consegue aos poucos, cumprir um de seus objetivos que é oferecer um canal de comercialização aos agricultores familiares.

No Grupo das Frutas, foram comercializados 20 alimentos diferentes. Na figura 4, destacamos as sete primeiras, assim como nas hortaliças. Destacam-se aí, a melancia com 338.824kg (representa 27,16% das frutas e 5,10% do total), seguida da banana, com 16,67% do volume (com 207.944kg); com 158.425kg está à manga, representando 12,70% do volume. Ou seja, as três primeiras juntas somam 56,53% do total fornecido de frutas. Em seguida, temos maracujá, mamão, abacate e jaca, representado respectivamente, 9,71%, 8,31%, 7,08% e 4,15% do volume. Das demais, 13 produtos são representados por menos de 3% do volume cada um (Cajuí, pera, romã, carambola, graviola, caju, jabuticaba, laranja, goiaba, abacaxi, limão, tangerina, acerola).

**Figura 4:** Principais produtos do Grupo Frutas em %, 2011-2014.



**Fonte:** SAGI (2015); CONAB (2015).

O grupo de Cereais e Leguminosas está em terceiro colocado, com 13,28% do total dos alimentos recebidos, com 843.763 kg. Neste grupo, foram comercializados amendoim, feijão comum, feijão “cores”, feijão verde/vagem e milho verde espiga.

Outros produtos merecem destaque ainda que não estejam presentes de maneira tão expressiva. São os processados ou beneficiados de alguma forma, uma vez que representam uma forma de agregação de valor ao produto. Assim, no Grupo Farinhas, Féculas e Massas, ainda que timidamente representado dentro do total (3,76%), temos derivados de mandioca; 110.287kg de polvilho e 139.652kg de farinha de mandioca.

No Grupo Açúcares e Doces, temos doce de leite e mel de abelha, com respectivamente 1.400 kg e 3.718 kg. Em Sucos e Polpas de Frutas, destaca-se a polpa de acerola (com 9.360 kg). No grupo de Carnes, foram comercializados 4.495 kg de carne bovina; No de Pescado, o peixe curimatã (56.345 kg), o peixe piau (200 kg) e o peixe tilápia (78.682 kg). Por fim, temos as Aves e Ovos, com destaque para ovos de galinha (27.188 kg) e frango vivo (33.674 kg).

Quanto aos pescados e aves, vale destacar que estes são entregues vivos. No caso das aves, elas são distribuídas por meio de um sistema de senhas, que permite uma distribuição equitativa para todas as famílias beneficiárias. Cada senha dá direito a uma ave por família, sendo que esta família voltará a receber uma nova senha quando todas as demais já tiverem recebido.

Os pescados são transportados pela prefeitura municipal em caixas

contendo água para que cheguem vivos até as famílias beneficiárias. A Conab também permite que este peixe seja entregue resfriado desde que não seja eviscerado. Nestes casos, a prefeitura municipal faz a coleta dos peixes, que são acondicionados em caixas com gelo. Este expediente é utilizado nos assentamentos mais distantes da sede do município.

A mandioca representa efetivamente 24,92% do comercializado no grupo de hortaliças, e 14,05% do total dos alimentos comercializados. Ressalta-se portanto, a importância dessa cultura para as famílias assentadas<sup>9</sup>.

A entrevista com liderança na região do Pontal do Paranapanema, realizada por meio da pesquisa UNIARA/INCRA em 2011 esclarece porque certas atividades são preferidas frente a outras por essas famílias. Segundo informante, os principais motivos que estimulam o plantio de mandioca nos lotes, por um lado, é a facilidade com que se produz, “[...] com um pouco de rama, um preparo de solo, não precisa ser lá de grande qualidade, se faz produzir mandioca [...]” e por outro, “[...] é uma opção dos assentados plantar a mandioca, pois não precisa ficar gastando um monte de dinheiro com insumos [...] é uma das culturas que com pouquíssimas condições econômicas, você consegue desenvolver [...]” (BARONE et al. 2012, p. 142). Ou seja, o baixo custo de investimento requerido pela cultura na produção e a facilidade nos tratos culturais são os fatores que justificam sua preferência, evidenciando a mandioca como uma estratégia de produção dos assentados, que a conseguem produzir mesmo que tenham condições financeiras limitadas, além de assegurar um alimento básico para alimentação familiar.

Diante do exposto, podemos verificar uma diversidade de alimentos entregues ao programa de forma geral. Mas, quanto aos grupos, individualmente, é possível verificar que alguns oferecem pouca diversidade, como é o caso do grupo “Carnes e Sucos e Polpas de Frutas”, com apenas um produto comercializado em cada grupo. Além de Açúcares e Doces, com apenas dois produtos comercializados por grupo, assim como, Farinhas, Féculas e Massas. Da mesma forma, verifica-se a concentração dos grupos “Hortaliças” e “Frutas” em poucos itens (3 ou 4), destacando-se, conforme exposto acima, o caso da mandioca, que representa 14% do total fornecido.

## **Conclusão**

---

9 Não está incluída, nessa estatística a farinha de mandioca, que é distribuída no grupo das Massas, Farinhas e Féculas.

O Programa de Aquisição de Alimentos no município de Mirante do Paranapanema-SP tem se mostrado como uma importante alternativa para escoamento de parte da produção da agricultura familiar, bem como uma forma de fortalecimento desses sujeitos em ações coletivizadas. O programa, além de contribuir com a redução da situação de insegurança alimentar das famílias em condição de vulnerabilidade, garante aos agricultores familiares uma realização pessoal, uma vez que os frutos do seu trabalho e lida na terra atingem sua função social.

Em todo o período estudado o programa atingiu uma diversificação de produtos entregues, bem como de atores envolvidos no processo. Isso demonstra que, além de se tornar mais conhecido com o passar do tempo, ele se apresenta de forma consolidada como um canal de comercialização, abrangendo até os produtos oriundos de pomares e quintais. No entanto, há clara concentração de oferta em relativamente poucos produtos, o que enseja uma necessidade de maior diversificação.

Embora os dados revelem melhoras significativas quando comparados ao período de 2008-2010 (Mazzini; Oliveira, 2010), ainda há um grande número de agricultores familiares a serem alcançados pelo programa. Em que pese o esforço do poder público municipal para aumentar esse número, a questão da organização/gestão social das entidades que representam os agricultores, bem como a falta de organização de muitos, ainda é um obstáculo para que um maior número de produtores seja envolvido ano a ano.

Outra questão relevante é a dificuldade de se incluir o leite no rol de produtos adquiridos. O leite é a principal atividade produtiva dos agricultores familiares da região e não foi comercializado pelo programa em nenhum dos anos analisados. Quase a totalidade do leite de Mirante do Paranapanema é comercializada, tanto para laticínios quanto para atravessadores. Se os produtores dispusessem de uma estrutura mínima de processamento de leite, poderiam eles próprios comercializar o produto por meio dos canais institucionais, como o PAA.

## Referências

BARONE, L. A. et al. Considerações acerca da produção nos assentamentos do Pontal do Paranapanema. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v.15, n.1, Nupedor/Uniara, p.135-156, 2012.

BRASIL. **Decreto 7.775**, de 4 de julho de 2012 (Art.4). Regulamenta o art. 19 da Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003. Disponível em: <<https://>

www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2011-2014/2012/Decreto/D7775.htm> Acesso em: 01 de fevereiro de 2015.

BRASIL. **Decreto nº 8.293**, de 12 de agosto de 2014. Altera o Decreto no 7.775, de 4 de julho de 2012, que dispõe sobre o Programa de Aquisição de Alimentos. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/Decreto/D8293.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/Decreto/D8293.htm)> Acesso em: 01 de fevereiro de 2015.

BRASIL. **Lei n.º 10.696**, de 2 de julho de 2003 (Art. 19). Institui o Programa de Aquisição de Alimentos. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2003/L10.696.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.696.htm)> Acesso em: 01 de fevereiro de 2015.

CHAYANOV, A. V. **La Organización de La Unidad Económica Campesina**. Instituto de Investigación Científica de Economía Agrícola de Moscú, y publicado por la Cooperativa Editora, Moscú. 1925. Reeditado por: Ediciones Nueva Vision. Buenos Aires. 1974.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Transparência Pública PAA - Programa De Aquisição Alimentos**. Disponível em: <<http://consultaweb.conab.gov.br/consultas/consultatransparenciapaa.do?method=abrirConsulta>> Acesso em: 01 de fevereiro de 2015.

DATALUTA. Banco de Dados da Luta pela Terra, 2013. **Relatório Pontal do Paranapanema 2012**. Disponível em: <[www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera)> Acesso em: 07 de fevereiro de 2015.

DUVAL; H. C., VALENCIO; N. F. L. S., FERRANTE; V. L. S. B., Da terra ao prato: a importância da memória nas estratégias de segurança alimentar de famílias assentadas. **Retrato de Assentamentos**, Araraquara, v 12, n.2 Nupedor/Uniará, p. 189-216, 2009.

FERNANDES, B. M. **MST: formação e territorialização em São Paulo**. São Paulo, Editora Hucitec, 1996.

FERNANDES, B. M.; RAMALHO, C. **Luta pela terra e desenvolvimento rural no Pontal do Paranapanema**. Estudos Avançados nº 43. p.

239-254, 2001.

FERRANTE, V. L. S. B.; ALY JR, O. **Relatório de Pesquisa. Pontal do Paranapanema.** Contrato/CTR/SP/N. 1000/2010 – UNIARA/INCRA, 2011.

FERRANTE, V. L. S. B. Notas metodológicas e os caminhos da pesquisa INCRA/UNIARA. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v.15, n.1, Nupedor/Uniara, p.15-43, 2012.

GRISA, C. et al. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v.13, n.1, Nupedor/Uniara, p.137-170, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010.** Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/58Z>> Acesso em: 07 de fevereiro de 2015.

ITESP – Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo. **Assentamentos: Situação Quanto à Localização Municipal.** Disponível em: <<http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/acoes/assentamentos.aspx>> Acesso em: 07 fevereiro de 2015.

MAZZINI, E. J. T.; MARTIN, E. S.; FERNANDES, B. M. Assentamentos Rurais no Pontal do Paranapanema-SP: Uma política de desenvolvimento regional. **Revista Formação**, Presidente Prudente, n. 14, v.1, p. 56-66, 2007. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/viewFile/696/721>> Acesso em: 01 fevereiro de 2015.

MAZZINI, E. J. T.; OLIVEIRA, S. M. **Políticas Públicas Para o Campo: Desafios da Produção e da Organização da Agricultura Familiar.** VIII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural. Porto de Galinhas, 2010.

SAGI. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **PAA DATA – Dados 2011, 2012, 2013 e 2014.** Disponível em: <[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/visi\\_paa\\_geral/pg\\_principal.php?url=abertura](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/visi_paa_geral/pg_principal.php?url=abertura)> Acesso em: 01 de fevereiro de 2015.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Manual Operativo: Modalidade Compra com Doação Simultânea Operação por meio de termo de adesão**, 2014. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/aquisicao-e-comercializacao-da-agricultura-familiar/>>

entenda-o-paa/manualPAA\_06.03.pdf> Acesso: 01 fevereiro de 2015.

SILVA, M. E.; BARONE, L. A.; SOUZA, J. G. O (re)desenho produtivo e social dos assentamentos rurais a partir das políticas públicas: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos. **Retratos de Assentamentos**, vol. 14, n. 2, pág. 229-248, 2011.

SIT/MDA – Sistema de Informações Territoriais/ **Ministério do Desenvolvimento Agrário**. Disponível em: <[HTTP://sit.mda.gov.br/cadernos.php/territoriosdacidadania.gov.br.htm](http://sit.mda.gov.br/cadernos.php/territoriosdacidadania.gov.br.htm)> Acesso em: 01 fevereiro de 2015.

THOMAZ JUNIOR. A. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI**: (Limites explicativos, autocríticas e desafios teóricos). Tese de livre docência. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, v. 1, 2, 3, 2009.

VIANA, C. A. S.; VIEGAS, G. L. **PAA – Evolução Das Operações – MDA – CONAB**. Disponível em: <[http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/12\\_04\\_25\\_14\\_41\\_24\\_analise\\_do\\_paa\\_-\\_2003\\_a\\_2011.pdf](http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/12_04_25_14_41_24_analise_do_paa_-_2003_a_2011.pdf)> Acesso em: 20 de Julho de 2012.